



Literature Reviews

Crianças Desaparecidas: Revisão Sistemática

Missing Children: A Systematic Review

Ana Tavares^{*a}, Carla Crespo^a, Maria Teresa Ribeiro^a

[a] Centro de Investigação em Ciência Psicológica, Faculdade de Psicologia da Universidade de Lisboa, Lisboa, Portugal.

Resumo

Objetivo: O desaparecimento de uma criança pode ser caracterizado por uma perda ambígua em que a criança está ausente fisicamente mas presente psicologicamente. No contexto da literatura atual não é ainda claro como é que indivíduos e famílias se adaptam a este evento adverso, verificando-se um escasso investimento na investigação sobre este tema. Deste modo, realizou-se uma revisão sistemática com o objetivo de identificar as áreas sobre as quais incidem os estudos existentes sobre crianças desaparecidas, com maior foco na compreensão da sua vivência e impacto na família.

Método: No presente estudo realizou-se uma revisão sistemática dos estudos empíricos relacionados com a temática do desaparecimento de uma criança.

Resultados: Foram incluídos na revisão 37 estudos analisados a partir de uma análise qualitativa, surgindo quatro temáticas: programas de prevenção de rapto; características do desaparecimento; implicações no reconhecimento de pessoas desaparecidas; impacto psicossocial do desaparecimento.

Conclusão: A revisão permitiu concluir que a investigação sobre crianças desaparecidas é escassa e apresenta uma grande dispersão de temas. Verificou-se a necessidade de examinar as características e o impacto dos diversos tipos de desaparecimento. A intensidade deste fenómeno não normativo justifica a necessidade de investigações que possam informar práticas de prevenção e de intervenção empiricamente sustentadas.

Palavras-Chave: criança desaparecida, família, perda ambígua

Abstract

Aim: A child's disappearance can be characterized by an ambiguous loss, where the child is physically absent but psychologically present. Research on this phenomenon is scarce and currently it is not clear how individuals and families adapt to this event. Thus, we carried out a systematic review to identify the studies about child disappearance, with greater focus on understanding its impact on the family.

Method: This systematic review aims at empirical studies related to the topic of a child's disappearance.

Results: Thirty-seven studies were analysed qualitatively and four thematic categories were established: kidnapping prevention programmes; disappearance characteristics; missing person's recognition implications; psychosocial impact of the disappearance.

Conclusion: This review concluded that studies evaluating the individual and family impact of the disappearance are still scarce and heterogeneous. There is a need to examine the characteristics and the impact of different types of disappearance. The intensity of this non-normative phenomenon justifies the need for further research that can inform empirically supported prevention and intervention practices.

Keywords: missing child, family, ambiguous loss

Psychology, Community & Health, 2017, Vol. 6(1), 42–58, doi:10.5964/pch.v6i1.191

Received: 2016-03-14. Accepted: 2016-11-02. Published (VoR): 2017-05-30.

Handling Editor: Catarina Ramos, William James Center for Research (WJCR), ISPA – Instituto Universitário, Lisbon, Portugal

*Corresponding author at: Faculdade de Psicologia da Universidade de Lisboa, Alameda da Universidade, 1649-013 Lisboa, Portugal. E-mail: ana.af.tavares@gmail.com



This is an open access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License (<http://creativecommons.org/licenses/by/3.0>), which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.

O conceito de criança desaparecida refere-se a qualquer pessoa menor de 18 anos, cujo paradeiro é desconhecido (United Nations Children's Fund [UNICEF] & International Centre for Missing & Exploited Children [ICMEC], 2011). O desaparecimento requer a existência de uma quebra de contacto podendo ser entendido como um *continuum* entre o intencional (e.g. fuga) ou não intencional (e.g. rapto) (Biehal, Mitchell, & Wade, 2003). Devido à heterogeneidade das situações abrangidas, estudos recentes procuraram identificar subcategorias deste conceito (Biehal et al., 2003; Finkelhor, Hotelling, & Asdigian, 1995; Henderson, Henderson, & Kiernan, 2000; Sedlak, Finkelhor, Hammer, & Scultz, 2002). Atualmente, a definição de crianças desaparecidas, adotada também em Portugal, engloba as seguintes categorias: rapto parental; rapto efetuado por terceiros; fuga; perdidos e/ ou feridos ou outro tipo de desaparecimento e crianças migrantes não acompanhadas (Instituto de Apoio à Criança [IAC], 2004; Sedlak et al., 2002; UNICEF & ICMEC, 2011). De acordo com a Comissão Europeia, o fenómeno de crianças desaparecidas em Portugal no ano 2012 abrangeu 2973 casos (European Commission – Directorate-General for Justice, 2013). Atualmente, a linha internacional de crianças desaparecidas em 27 países recebeu 209.84 chamadas por ano (Missing Child Europe, 2015).

Vários autores indicam que uma pessoa pode ser dada como desaparecida em qualquer idade, existindo múltiplas razões para o desaparecimento (Biehal et al., 2003; Sedlak et al., 2002). Em crianças/ adolescentes, as mesmas podem dever-se a fugas, problemas de saúde mental, tentativa de suicídio e perda de contacto forçada (Biehal et al., 2003). Quanto a fatores de risco associados, Steidel (2006) aponta fatores individuais (e.g. crianças menores de 13 anos, incapacidade mental), ambientais (e.g. consumo de substâncias ilegais, ausência de casa superior a 24 horas), e alerta para outras circunstâncias não habituais que sejam consideradas como potencial risco, tais como a ausência ser incoerente face aos padrões de comportamento da criança.

Considerada uma situação não normativa de elevada adversidade, o desaparecimento é comumente comparado ao luto por morte. No entanto, enquanto a morte é definitiva, o desaparecimento é temporário, existindo um elevado grau de ambiguidade acerca da evolução da situação a longo prazo (Wayland, 2007). A Teoria da Perda Ambígua enquadra o desaparecimento como uma perda que se caracteriza pela ambiguidade devido à incerteza/falta de informação sobre o paradeiro/estado da pessoa (Boss, 2007), podendo encontrar-se fisicamente ausente mas psicologicamente presente (Boss, 1999, 2002a, 2010; Boss, Greenberg, & Pearce-McCall, 1990). As fronteiras ambíguas, caracterizadas pela indefinição do papel e da participação no sistema familiar, constituem um fator de risco para o bem-estar e saúde, prejudicando a gestão do stress (Boss, 2007).

O desaparecimento é um acontecimento raro e caracterizado como uma situação de crise que não pode ser esperada nem antecipada, sendo que nas famílias de desaparecidos os indivíduos respondem de maneiras semelhantes aos expostos a um trauma súbito (Wayland, 2007). A falta de informação sobre o ente desaparecido pode bloquear os processos de coping e de tomada de decisão (Boss, 2007), levando os elementos da família a sentirem-se isolados em relação ao exterior (Boss, 2002b; Jezycki, 2000). Deste modo, este evento afeta a estrutura da família, a sua dinâmica relacional e a sua trajetória, tornando-se fundamental compreender como é que o evento afeta os indivíduos e famílias tendo em conta a ambiguidade, a perda e os fatores de adaptação dos mesmos (Boss, 2004, 2006; Tubbs & Boss, 2000). O desaparecimento dificulta também o processo de luto das famílias. Os pais podem censurar-se por não ter protegido a criança, e nos irmãos verifica-se um importante impacto pessoal (Clark, Warburton, & Tilse, 2009), já que as crianças são sensíveis às emoções e mudanças familiares. A família pode ter medo de trair a criança ausente por a

considerar morta, quando a deveria continuar a procurar; as fases do luto e os rituais relacionados com o mesmo não se podem aplicar do mesmo modo no contexto do desaparecimento (Betz & Thorngren, 2006). As consequências de um desaparecimento são variadas e englobam fatores psicológicos (e.g. experiências emocionais de tristeza, culpa, raiva, esperança que podem promover impactos ao nível físico como insónias ou problemas de saúde), psicossociais (e.g. dificuldade no relacionamento), para além dos aspetos económicos, nomeadamente, relacionados com as despesas na procura do familiar desaparecido (Homes, 2008; International Committee of the Red Cross [ICRC], 2013).

A literatura atual sobre a temática das crianças desaparecidas apresenta uma base empírica limitada; poucos estudos existem sobre a avaliação do impacto do desaparecimento nas suas diversas especificações e ainda sobre os fatores que contribuem para a adaptação de indivíduos e famílias. O presente estudo pretende colmatar esta lacuna, reunindo os estudos empíricos existentes que focam a temática das crianças desaparecidas num sentido lato, tendo em conta dois objetivos principais: promover um maior conhecimento sobre o estado de arte nesta temática e identificar as áreas de investigação existentes no estudo do desaparecimento de crianças, com especial incidência na vivência e impacto familiar.

Método

A presente revisão sistemática seguiu as diretrizes PRISMA para reunir estudos empíricos de acordo com os critérios de elegibilidade definidos para responder à questão de pesquisa (Moher et al., 2015). Assim, seguiram-se os seguintes passos previstos nas diretrizes do PRISMA: a) apresentação da informação administrativa relacionada com os autores e fontes de suporte do estudo, b) realização da introdução com a descrição do racional teórico e dos objetivos, c) exposição no método dos critérios de elegibilidade, a informação sobre as fontes, estratégia de pesquisa e seleção de estudos. Posteriormente apresentou-se a síntese dos resultados e uma discussão sobre o presente estudo. Devido à inclusão de estudos com desenhos metodológicos distintos (quantitativo e qualitativo), optou-se por uma análise qualitativa dos temas dos estudos examinados.

Realizou-se uma revisão sistemática através de uma pesquisa em quatro bases de dados eletrónicas: três incluídas na EBSCO Host (PsycINFO; PsycARTICLES e Psychology and Behavioural Sciences Collection) e a Web of Science. A pesquisa foi efetuada através da combinação dos seguintes termos: “missing child*” OR “child* disappearance” OR “child* abduction” OR “lost child”. Não se utilizou qualquer tipo de limitação no que concerne a datas ou ao tipo de publicação.

A questão de pesquisa resultou na identificação de 1567 documentos. A amplitude temporal para a obtenção de dados foi de 1892 a 20 de Março de 2015. Após a eliminação de duplicados a partir do programa ENDNOTE, restaram 1466 documentos. Numa primeira revisão, optou-se por selecionar os artigos de acordo com o título e resumo, tendo os critérios de inclusão sido os seguintes: a) artigos científicos empíricos em língua portuguesa ou inglesa b) tema principal relacionado com crianças desaparecidas. O processo de seleção encontra-se descrito na Figura 1. Foram adicionados quatro artigos à revisão por preencherem os critérios, três dos mesmos selecionados através de referências secundárias e um identificado através de outras fontes.

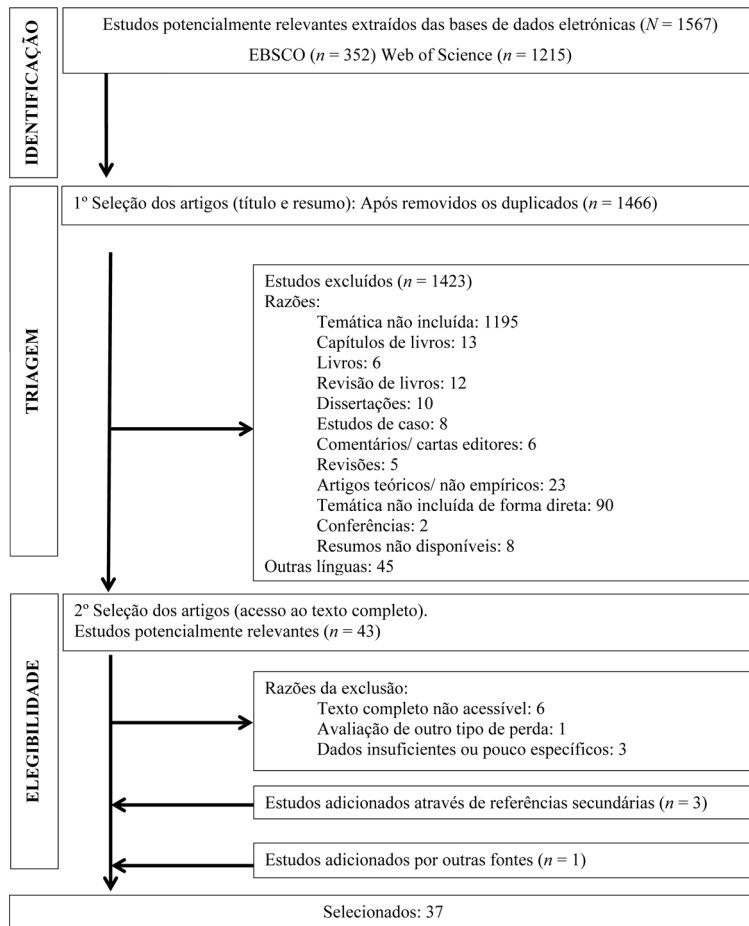


Figura 1. Síntese da seleção dos artigos.

Dos documentos selecionados, existem oito que foram identificados como relevantes, sendo que não foi possível aceder aos resumos dos mesmos. Por conseguinte, estes não puderam ser avaliados e foram excluídos da seleção final. Foram ainda excluídos, numa segunda triagem, seis artigos por não se conseguir aceder ao texto completo. Relativamente ao processo de exclusão foram eliminados artigos onde a temática não é abordada de forma direta, isto é, artigos sobre técnicas de reconhecimento de desaparecimento, sobre a eficácia de programas de intervenção, sobre legislação ou outras áreas de conhecimento. Nesta categoria foi incluída informação específica sobre análise de casos de desaparecimento.

Resultados

Após a seleção dos dados, obtiveram-se 37 registos que cumpriram os critérios de inclusão. Os estudos selecionados compreendem um período temporal entre 1988 e 2014, sendo que 12 foram publicados antes de 2000, 14 entre 2001 e 2009, sendo os restantes 11 posteriores a 2010. Os estudos foram realizados maioritariamente nos Estados Unidos da América ($n = 32$), sendo a origem dos restantes a seguinte: Inglaterra ($n = 1$), Canadá ($n = 1$), Bósnia e Herzegovina ($n = 1$) e Austrália ($n = 2$). Relativamente à tipologia das investigações, destacam-se as de cariz quantitativo ($n = 28$), sendo que destes 15 adotaram uma metodologia

experimental e 13 uma metodologia não experimental. Os restantes artigos adotaram metodologias mistas ($n = 4$) e qualitativas ($n = 5$). No que concerne às temáticas exploradas nos estudos, foram identificadas quatro principais grupos de estudos: programas de prevenção de rapto ($n = 7$), características do desaparecimento ($n = 10$); implicações no reconhecimento de pessoas desaparecidas ($n = 9$); impacto psicossocial do desaparecimento ($n = 11$). Esta informação encontra-se sintetizada na [Figura 2](#).

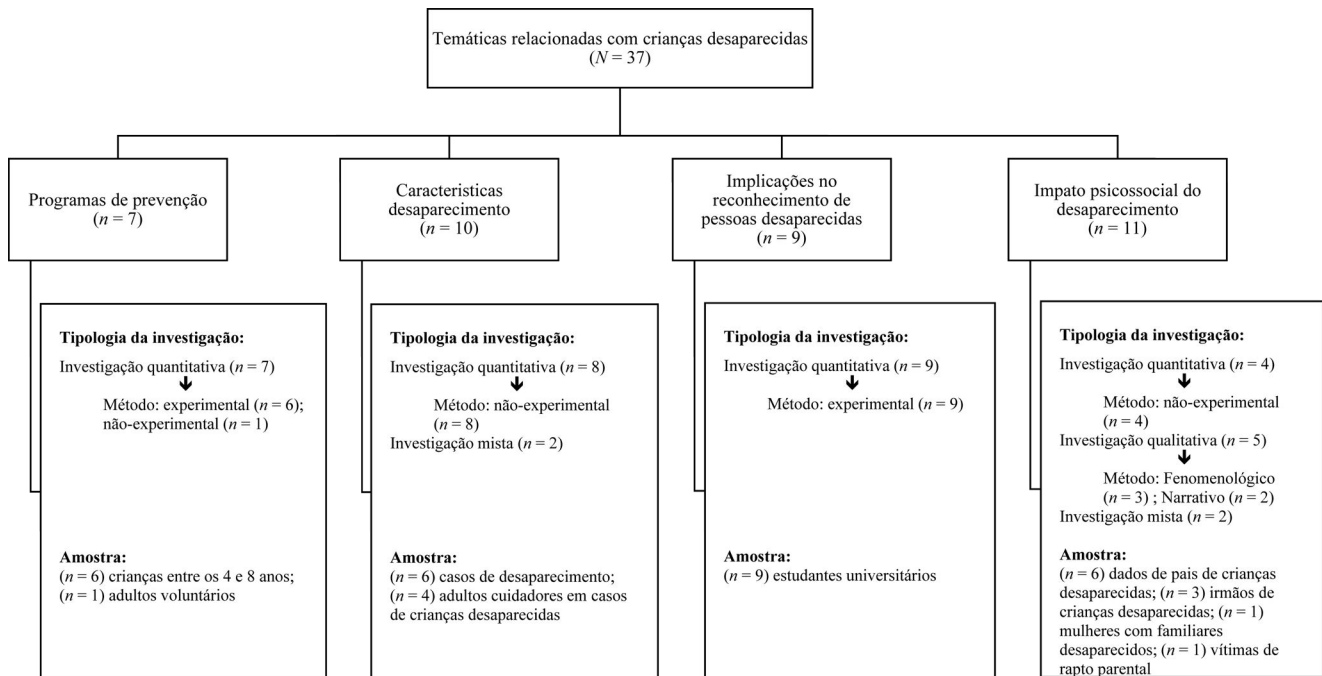


Figura 2. Temáticas identificadas e características dos estudos associados.

Programas de Prevenção de Rapto

Foram selecionados sete estudos que se enquadram na categoria programas de prevenção por focarem a eficácia de programas ou estratégias com o objetivo de prevenir situações de rapto. Seis investigações utilizaram amostras de crianças que compreendiam um intervalo de idades entre os 4 aos 8 anos e apenas um dos estudos utilizou uma amostra de adultos voluntários. Quanto à abordagem metodológica, todos os estudos eram quantitativos, destacando-se a metodologia experimental ($n = 6$).

Estas investigações pretenderam responder à necessidade de encontrar estratégias que potenciem as competências das crianças para reconhecer os riscos de um potencial rapto. Dentro da presente categoria foram identificados dois subtópicos distintos: (a) Avaliação de programas de prevenção englobando estudos sobre o ensino de competências e avaliação de programas de prevenção nas crianças ($n = 6$); (b) Perceção dos adultos sobre formas de prevenção ($n = 1$).

Avaliação de programas de prevenção

Poche, Yoder, e Miltenberger (1988) utilizaram um programa em vídeo com ensaios de comportamentos e comprovaram que este tipo de programa é eficaz no ensino de respostas de segurança face a potenciais raptos. Em 1994, efetuou-se um estudo que avaliou o ensino de competências de prevenção de rapto através de abordagens comportamentais no ensino do pré-escolar. Este estudo comprovou que crianças com

treino obtiveram resultados superiores ao grupo de controlo, apesar da maioria das crianças não demonstrar ter aprendido efetivamente as referidas competências (Carroll-Rowan & Miltenberger, 1994).

Mais recentemente, avaliou-se a eficácia do método *Behavioral Skills Training* (BST), que envolve o ensino de comportamentos através de instruções, modelagem, ensaio e feedback, e do método *In Situ Training* (IST) em que se avalia a *performance* da criança quando exposta a situações de potencial rapto (Johnson et al., 2005, 2006). Johnson e colaboradores (2005) demonstraram que incorporar o IST no BST melhorava a aquisição e manutenção de competências de prevenção de raptos em crianças em idade pré-escolar.

Em 2009, Beck e Miltenberger avaliaram a eficácia do programa de prevenção de raptos *The Safe Side* e, adicionalmente, avaliaram a eficácia do IST implementado por pais a crianças que não tenham demonstrado aprendizagem de competências na avaliação do programa. Os resultados mostraram que o programa por si só não foi eficaz no ensino de competências a crianças dos 6 aos 8 anos, sendo que o IST relevou maior utilidade quando implementado pelos pais, para além dos investigadores (Beck & Miltenberger, 2009). Outra investigação conduzida por Tarasenko, Miltenberger, Brower-Breitwieser, e Bosch (2010) avaliou a eficácia da abordagem de pares tutores (crianças de sete e oito anos consideradas pelos professores como aptas para ensinar competências de prevenção de rapto) e verificou que as crianças com seis e sete anos adquiriam com sucesso as competências comportamentais ensinadas.

Perceção dos adultos sobre formas de prevenção

Com o intuito de identificar estratégias de prevenção de rapto, Dixon e Pasnak (1997) realizaram o único estudo com uma amostra de adultos para avaliar a perceção dos mesmos sobre a suscetibilidade das crianças se perderem ou serem raptadas e a potencial utilidade de um dispositivo eletrónico de segurança. De acordo com os resultados obtidos, através de um questionário para avaliar o risco de desaparecimento tendo em conta o responsável e o local, os participantes identificaram mães, pais e avós como cuidadores mais responsáveis e jovens adultos/babysitters como menos responsáveis. Verificou-se, assim, alguma necessidade de haver um dispositivo eletrónico de segurança para crianças.

Características do Desaparecimento

Foram selecionados 10 estudos no âmbito desta categoria por examinarem aspetos como a incidência dos crimes, as características do crime e/ou variáveis associadas a situações de desaparecimento. Relativamente à população-alvo de estudo, a maioria das investigações baseou-se na análise de casos/ relatórios ($n = 6$) relativos a casos de rapto parental. Três estudos ($n = 3$) incluíram uma amostra de adultos cuidadores e um único estudo ($n = 1$) utilizou uma amostra com pais raptadores. A metodologia implicada era maioritariamente quantitativa ($n = 8$) não experimental, recorrendo a análise de casos/ relatórios e inquéritos via telefone. Apenas dois estudos utilizaram metodologia mista. Quanto à análise de conteúdo realizada foram identificados três subtópicos: (a) Características associadas aos crimes na perspetiva de agressores e/ou vítimas ($n = 5$) onde constam três estudos focados nos agressores e um nas vítimas; (b) Características de rapto parental ($n = 3$); e (c) Características de rapto não familiar ($n = 2$).

Características associadas aos crimes

Relativamente às características associadas aos crimes, um estudo de Boudreaux, Lord, e Dutra (1999) verificou que os agressores e os crimes variavam significativamente de acordo com a vítima. Na amostra recolhida nos E.U.A os agressores tendiam a praticar o crime com crianças da mesma etnia. Nos agressores

de sexo masculino, verificou-se que a vítima tendia a ser do sexo feminino e frequentava o ensino pré-escolar ou o secundário, enquanto os agressores do sexo feminino tendiam a praticar o crime com crianças mais novas. Raparigas em idade escolar encontravam-se em maior risco de rapto e de exploração sexual. Por sua vez, [Beasley et al. \(2009\)](#) referiu que a maioria dos responsáveis pelo rapto apresentava antecedentes criminais. Quanto às vítimas, o estudo indicou que 42% das crianças raptadas foram encontradas com vida e 58% foram encontradas mortas ou são presumidas como mortas.

Num estudo realizado em Inglaterra por [Erikson e Friendship \(2002\)](#), os autores colocaram a hipótese de se poder identificar quatro tipos de rapto infantil consoante as motivações que lhes deram origem: sexual, custódia, desejo maternal (grupo de responsáveis pelo crime composto por mulheres não familiares da criança que foram motivadas a cometer o crime pelo desejo de serem mães) e outros. De acordo com os autores, a maioria dos raptos infantis tiveram por base motivações sexuais e a maioria das vítimas era do sexo feminino ([Erikson & Friendship, 2002](#)). [Miller, Kurlycheck, Hansen, e Wilson \(2008\)](#) exploraram na sua investigação características relacionadas com o evento, a vítima e o raptor, defendendo o maior uso de técnicas de alerta e prevenção ([Miller et al., 2008](#)). [Patterson \(2007\)](#) ao examinar relatórios policiais de crianças desaparecidas no nordeste dos Estados Unidos referiu que a fuga era a categoria que mais se evidenciava, salientando características destes casos como sendo jovens entre os 14 e 15 anos, maioritariamente raparigas, com comportamentos desafiantes e historial de fugas.

Características de rapto parental

Em casos de rapto parental envolvendo a luta pela guarda da criança em processos de divórcio, um estudo realizado no Canadá concluiu que 80% dos responsáveis pelo rapto eram do sexo masculino e o acesso aos filhos pelo outro progenitor estava a ser negado em 60% dos casos. Além disso, 90% dos raptos foram avaliados como tendo perturbação psiquiátrica de acordo com os critérios do DSM-III ([Cole & Bradford, 1992](#)).

[Hegar e Greif \(1991\)](#) focaram-se na descrição dos dados sobre rapto parental, nomeadamente nas características demográficas, na natureza da relação conjugal, na separação e visitas, nas razões do rapto e nas diferenças entre pais e mães raptos. Na maioria dos raptos, as crianças tinham idade inferior a 7 anos e eram filhos únicos. As relações de casamentos prévias tendiam a ser marcados por elevados índices de violência doméstica e as visitas pós-divórcio eram irregulares, sendo que a maioria dos pais de crianças raptadas estavam preocupados com essa possibilidade. Os raptos geralmente ocorreram quando a criança estava na casa do raptor ([Hegar & Greif, 1991](#)).

[Greif e Hegar \(1994\)](#) salientam que o rapto parental não resulta de um comportamento ou fator único mas sim de múltiplos fatores. Na amostra da sua investigação, quase metade das relações de casamento tinham sido marcadas por violência doméstica e os participantes sentiram mudanças no casamento depois do nascimento do filho. No que concerne às razões para o rapto, os participantes reportaram as seguintes: insatisfação com a decisão do tribunal e com os profissionais, medo pela segurança dos filhos, considerando o outro pai como incompetente, ou ainda, desejo de vingança.

Características de rapto não familiar

Outros estudos centram-se sobre as características das crianças desaparecidas. Na presente revisão foi possível ter acesso ao estudo sobre tentativas de rapto não familiar, realizado por Finkelhor e colaboradores,

em 1995. O evento parece ocorrer com maior frequência em famílias com elevados níveis de stress e em que os pais experienciaram, eles próprios, traumas durante a infância (Finkelhor et al., 1995).

Para além da questão específica do rapto, Finkelhor, Asdigian e Hotaling (1996) exploraram a classificação da categoria denominada "outras formas de desaparecimento" pelo facto de esta designação ser pouco específica. Deste modo, a definição passou a englobar tipos de desaparecimentos que não estavam legislados, tais como: crianças desaparecidas devido a uma lesão num acidente; comportamento delinquente e rebelde; crianças que se perderam; falta de comunicação entre os cuidadores.

Implicações no Reconhecimento de Pessoas Desaparecidas

Foram identificados nove artigos que estudaram fatores relacionados com a memória e reconhecimento de imagens, os quais podem contribuir para a eficácia na identificação de desaparecidos. A totalidade dos estudos utilizou uma metodologia quantitativa experimental com recurso a amostras de jovens adultos, estudantes universitários voluntários. No reconhecimento de imagens relacionadas com o desaparecimento foram identificadas os seguintes subtópicos: (a) Identificação de faces de desaparecidos ($n = 3$); (b) Impacto da memória no reconhecimento ($n = 3$); e (c) Impacto da técnica *Age Progressed Images* ($n = 3$).

Identificação de faces de desaparecidos

Em três dos estudos, analisou-se a capacidade de identificação de rostos no reconhecimento de crianças desaparecidas (Gier & Kreiner, 2009; Gier, Kreiner, & Hudnell, 2012; Greer, Pan, Flores, & Collins, 2012). A eficácia da identificação estava associada à forma como o rosto era apresentada no estudo ou na campanha de alerta (Gier & Kreiner, 2009; Greer et al., 2012); revelou-se importante apresentar nas campanhas sempre mais do que um tipo de fotografia da criança desaparecida (Greer et al., 2012). A precisão e a confiança no reconhecimento tendiam a aumentar quando as características do rosto apresentadas no estudo eram similares às das apresentadas para reconhecimento (Gier & Kreiner, 2009). Gier e colaboradores (2012) verificaram que quando as imagens apresentadas no sistema de alerta America's Missing: Broadcast Emergency Response (AMBER) (sistema público de alerta de crianças desaparecidas) eram apresentadas de igual modo às do estudo, o reconhecimento das mesmas aumentava, verificando-se que a correspondência entre as imagens influencia a sua identificação, tal como sugerido por Gier e Kreiner (2009).

Impacto da memória no reconhecimento

Encontraram-se também nesta revisão investigações que examinaram o efeito de imagens relativas a crianças desaparecidas na memória pessoal prospetiva que se caracteriza pela capacidade de recordar uma imagem que se pretende reconhecer posteriormente ($n = 3$) (Lampinen, Peters, & Gier, 2012; Lampinen & Sweeney, 2014).

Lampinen e Sweeney (2014) avaliaram o impacto da apresentação de imagens de crianças desaparecidas e do adulto raptor (em casos de rapto parental), pretendendo testar esta abordagem através da memória pessoal prospetiva. Os autores concluíram que incluir a imagem do adulto nos posters aumentava a probabilidade de reconhecimento. Também Lampinen e colaboradores (2012) examinaram a memória pessoal prospetiva no contexto de crianças desaparecidas e verificaram que aumentando o número de posters diminuía o tempo disponível para a avaliação de cada um, resultando em um ligeiro decréscimo na precisão na memória pessoal prospetiva.

Sweeney e Lampinen (2012) examinaram o efeito da apresentação de múltiplas imagens de crianças desaparecidas nos posters, para avaliar o impacto da estratégia na memória prospetiva e retrospectiva (quando o sujeito vê o alvo e o reconhece depois, quando é exposto à imagem de alerta). Os autores encontram vantagens em apresentar múltiplas imagens verificando uma melhoria na memória pessoal prospetiva em comparação com a retrospectiva.

Impacto da técnica Age Progressed Images

Nesta categoria inserem-se, ainda, dois estudos que abordaram a eficácia da técnica *Age Progressed Images*, i.e, a possibilidade de através do uso das normas do crescimento antropométrico (típico padrão de crescimento da criança à medida que envelhece) se estimar a aparência actual da criança (Lampinen, Arnal, Adams, Courtney, & Hicks, 2012; Lampinen, Miller, & Dehon, 2012). Lampinen, Miller, e Dehon (2012) examinaram a eficácia de *Age Progressed Images* na memória pessoal prospetiva e retrospectiva. Não se verificaram diferenças significativas na memorização de imagens antigas ou de *Age Progressed Images*. Os resultados sugeriram ainda que as imagens *Age Progressed* estavam associadas a respostas enviesadas e, deste modo, os resultados falharam em mostrar as vantagens destas imagens (Lampinen, Miller, & Dehon, 2012). Neste sentido, outro estudo foi realizado com o objetivo de testar a eficácia da *Forensic Age Progression* na memória pessoal prospetiva e em tarefas de memória pessoal retrospectiva. Os resultados evidenciaram que a memória para imagens atuais é superior em relação a fotografias antigas ou a fotografias *Age Progressed*, sendo que não se demonstrou as vantagens da utilização da *Forensic Age Progression* (Lampinen, Arnal, et al., 2012). Charman e Carol (2012) testaram a técnica de *Age Progression* concluindo que estas imagens podem, por vezes, ter efeitos negativos no reconhecimento do alvo em casos de desaparecimento.

Impacto Psicossocial do Desaparecimento

Onze estudos incidiram sobre características psicossociais, incluindo fatores individuais ou familiares. Quatro estudos utilizaram metodologia quantitativa, cinco, metodologia qualitativa (três a partir de uma abordagem fenomenológica e duas, de abordagens narrativas) e dois, metodologia mista. Relativamente à população em estudo, as investigações identificadas utilizaram amostras de adultos: dados de pais com casos de crianças desaparecidas ($n = 6$); irmãos de crianças desaparecidas ($n = 3$); mulheres com familiares desaparecidos ($n = 1$) e vítimas de rapto parental ($n = 1$). Apenas um estudo recorreu à análise de inquéritos por entrevista realizados via telefone de casos provenientes de um estudo nacional efetuado nos E.U.A. sobre a incidência do desaparecimento de crianças denominado NISMART-2 (Plass, 2007). Nesta categoria estão englobados os subtópicos: (a) Impacto individual do rapto onde são contemplados o impacto do evento em pais, vítimas e irmãos das mesmas ($n = 7$); (b) Comparação de grupos ($n = 3$) onde são tidos em consideração grupos como pais com filhos vítimas de homicídio não familiar vs. pais com filhos vítimas de rapto não familiar, casos de rapto familiar vs. rapto por terceiros, bem como mulheres com familiares desaparecidos vs. grupo controlo tendo em conta sintomas psicopatológicos e diferenças consoante o grau de parentesco dos desaparecidos; e (c) Incidência de crimes secundários em crianças desaparecidas ($n = 1$).

Impacto individual do rapto (pais, vítimas e irmãos)

Quanto ao impacto individual, Hegar, Orme, e Greif em 1993 referiram que, em casos de rapto, a não recuperação da criança estava associada a menor autoestima nos pais, sendo a recuperação o maior preditor da autoestima do grupo de pais cuja criança era encontrada/recuperada. Quanto ao ajustamento de crianças

em idade escolar após experienciarem rapto por um progenitor, os autores testaram a influência de fatores como as características da criança e da família antes do rapto; variáveis relativas à experiência de rapto e características da criança e família após a criança regressar ao progenitor que a procurava. O fator mais saliente associado ao ajustamento das crianças reportado pelos pais foi o conjunto de características prévias da criança e da família antes do rapto, sendo que a violência doméstica revelou-se o fator mais associado a dificuldades de ajustamento (Hegar & Greif, 1993). De forma a compreender o impacto do desaparecimento em casos de rapto parental, Greif (2000) verificou que, de acordo com os pais que recuperaram as crianças há mais de seis anos, uma minoria das mesmas continuava a sofrer emocionalmente e a ter problemas físicos. A relação com os pais que as recuperaram não foi considerada problemática pelos mesmos. Ainda relativamente ao rapto parental, Greif (2003) realizou o único estudo com uma amostra de adultos que sofreram de rapto parental em criança. O autor destacou as dificuldades sentidas pelas vítimas durante a maioridade: as relações com ambos os progenitores podem ser afetadas uma vez que ambas são pautadas por ambiguidade. Identificaram-se igualmente fragilidades em questões relativas ao nome e identidade, nomeadamente situações em que as crianças tiveram de alterar o seu nome para evitarem serem descobertas, o que provocou confusão durante a infância e desconforto na construção da identidade (Greif, 2003). É de salientar ainda o medo de relacionamentos futuros e o medo de ter filhos, uma vez que a capacidade de confiança foi afetada pelas experiências relacionadas com o rapto (Greif, 2003). Verificou-se também que o relacionamento com os irmãos era afetado negativamente (Greif, 2003).

Relativamente aos irmãos, foram realizados dois estudos na Austrália que identificaram os temas principais da experiência de desaparecimento a nível individual, familiar e social, níveis que se influenciavam reciprocamente. Clark et al. (2009) focaram as vivências individuais dos participantes, referindo que os mesmos experienciaram o evento de forma intensa, alterando as suas perceções sobre o mundo e sobre a sua vida. Relativamente à intervenção policial, os irmãos tinham perceções positivas, salientando que a abordagem interpessoal utilizada era um aspeto importante (Clark, 2012). Greif e Bowers (2007) verificaram que os irmãos experienciavam um elevado impacto negativo, a nível pessoal e nos seus relacionamentos, nomeadamente a perda da capacidade para confiar nos outros.

Baraković, Avdibegović, e Sinanović (2013) examinaram a presença de sintomas de depressão, ansiedade e somatização nas mulheres na Bósnia e Herzegovina com familiares desaparecidos em guerra e se existiam diferenças de intensidade consoante o grau de parentesco dos desaparecidos. Foram evidentes sintomas intensos de depressão, ansiedade e somatização nas mulheres com um familiar desaparecido em comparação com o grupo de controlo. Quanto ao grau de parentesco, os sintomas eram mais elevados quando o familiar desaparecido era um filho/a (Baraković et al., 2013).

Comparação de grupos

Quanto ao impacto familiar, um estudo comparou pais de crianças assassinadas com pais de crianças raptadas não recuperadas, em que ambos os casos o infrator era não-familiar (DeYoung & Buzzi, 2003). Verificou-se que ambos os grupos sofreram manifestações de luto comparáveis e utilizaram estratégias de sobrevivência similares durante os períodos de perda ambígua. No entanto, a resolução do evento teve um impacto significativo uma vez que os pais cujos filhos foram assassinados seguiam as fases de resolução relativas ao luto enquanto o outro grupo mantinha a perda ambígua. Dimensões associadas à família, à relação de casal, ao emprego e à socialização ficavam em risco durante os períodos de perda ambígua (DeYoung & Buzzi, 2003).

Spilman (2006) verificou como é que pais que experienciaram rapto parental ou por terceiros lidavam com o stress durante o desaparecimento do filho. Os resultados da investigação sugerem que todos os pais nesta situação experienciam *distress*. Associado ao *distress* existem fatores como stress familiar anterior, idade da criança, estado em que a criança foi encontrada e suporte social. Quando o rapto era não familiar os pais experienciaram maior *distress* e a recuperação da criança e o suporte social ajudavam a suavizar o efeito no bem-estar dos pais (Spilman, 2006).

Incidência de crimes secundários em crianças desaparecidas

Em 2007, nos E.U.A. foi realizado um estudo com a finalidade de examinar a incidência de crimes secundários na população de crianças desaparecidas e verificou-se que apenas uma minoria de crianças sofreu crimes secundários. Quanto à associação entre crimes secundários e o tipo de evento de desaparecimento, o maior risco encontrava-se nas crianças raptadas por um não familiar (Plass, 2007).

Discussão

A presente revisão de literatura examinou a investigação existente sobre crianças desaparecidas, tendo como foco a vivência e impacto deste evento ao nível familiar. Com a finalidade de compreender a investigação existente sobre este fenómeno optou-se por uma estratégia de pesquisa alargada, com base numa equação de pesquisa abrangente em termos de conteúdo e de período temporal, não se tendo fixado qualquer limite em termos da data de publicação dos artigos revistos. Foram identificados 37 artigos provenientes de cinco países publicados entre 1988 e 2014.

A nível global, verificou-se que os estudos de investigação sobre o desaparecimento de uma criança são escassos e apresentavam uma grande dispersão de temas. Contrasta com esta heterogeneidade o facto de a grande maioria dos estudos se ter realizado nos E.U.A ($n = 32$), com apenas cinco estudos provenientes de outros países. Da análise qualitativa realizada, emergiram quatro categorias de estudos relacionadas com a temática em estudo: programas de prevenção de rapto; características do desaparecimento; implicações no reconhecimento de pessoas desaparecidas; impacto psicossocial do desaparecimento.

Quanto aos programas de prevenção, de um modo geral, estes pretendiam potenciar competências específicas em crianças com a finalidade de diminuir a ocorrência de raptos, tanto através de métodos de exposição como de aprendizagem de comportamentos.

Outro grupo de autores abordou o tema de desaparecimento de crianças focando as características e incidência dos eventos pretendendo, por um lado, objetivar as motivações e tipos de desaparecimento e, por outro, definir características de um tipo específico de desaparecimento como é o caso do estudo de Cole e Bradford (1992) ou Patterson (2007). No reconhecimento de pessoas desaparecidas, os estudos tendiam a ser realizados para compreender o impacto das imagens, posters e campanhas de alerta nos fatores de reconhecimento ou nos fatores associados à memória.

Salienta-se que apenas 11 dos 37 artigos selecionados abordavam o tema específico do impacto psicossocial do desaparecimento. A literatura atual nesta área tem-se focado ou nos efeitos pós-recuperação da criança ou na avaliação do impacto em termos individuais (para pais, vítimas e irmãos das mesmas), não tendo sido encontrado qualquer estudo que avaliasse a família como um todo. Assim, os estudos relativos ao impacto

individual procuravam compreender o impacto da experiência de desaparecimento após a recuperação do filho e a percepção de ajustamento das crianças. Destaca-se ainda a análise do fenómeno pelos irmãos que se sentem influenciados por este evento, uma vez que lidam com múltiplos stressores que têm um impacto negativo no seu desenvolvimento (Clark et al., 2009).

Dois estudos mais gerais salientaram o impacto da ocorrência de crimes secundários e o desaparecimento no contexto da Bósnia e Herzegovina, que por ser tão específico, limita a generalização a outros contextos. Sendo o desaparecimento um evento marcante para indivíduos e famílias, a investigação evidencia a necessidade de explorar diferentes aspetos ao abranger fatores desde a prevenção (e.g. eficácia das campanhas) ao impacto. Deste modo, sobressai a necessidade do conhecimento aprofundado do evento do desaparecimento, tendo em consideração que o evento pode ser considerado deliberado ou não (Biehal et al., 2003) e ainda o facto da criança poder ter sido recuperada ou não, o que influencia significativamente a percepção dos indivíduos sobre o evento e a sua adaptação.

A complexidade da temática é ainda proeminente pelo facto de se distinguirem diferentes categorias de desaparecimento (IAC, 2004; Sedlak et al., 2002; UNICEF & ICMEC, 2011), o que indicia que podem existir diferentes características associadas a diferentes tipos de desaparecimento, sendo esta uma lacuna significativa na literatura atual. Ao nível familiar, tendo em conta a perspetiva sistémica, é importante compreender o desenvolvimento e a adaptação das famílias neste contexto de adversidade (Tubbs & Boss, 2000), considerando a influência do tempo e dos movimentos da família ao longo do mesmo.

Limitações, Contributos da Investigação e Implicações para Estudos Futuros

A metodologia de revisão realizada tornou-se fundamental para compreender a direção das investigações relacionadas com crianças desaparecidas. Algumas fragilidades do presente estudo relacionam-se com o facto do conceito de crianças desaparecidas englobar diversas categorias e a perda aparecer, por vezes, associada à morte de uma criança, o que interferiu com a pesquisa realizada. Devido à heterogeneidade da metodologia dos estudos (estudos mistos, quantitativos experimentais e não experimentais e ainda qualitativos) não foi realizada uma análise estatística pormenorizada como recomendado para estudos quantitativos, e optou-se por analisar, sobretudo, os conteúdos dos artigos. Esta opção pode ser uma limitação por apenas se terem considerado características metodológicas e não se ter avaliado de forma sistemática a qualidade da análise dos estudos empíricos. Importa ainda destacar que apesar da fórmula de pesquisa ter sido revista por três investigadores, a posterior seleção e análise apenas foi efetuada apenas por um, o que constitui uma limitação por não se ter adotado, nessa fase, o acordo inter-juízes.

Apesar das limitações identificadas, os resultados contribuem para uma sistematização da investigação nesta área permitindo que, a partir da identificação das linhas de investigação, se possam colmatar as limitações encontradas. Verifica-se uma significativa pouquidade de estudos empíricos, bem como a heterogeneidade do seu objeto. As investigações ainda são díspares nas temáticas que focam e têm como objetivo principal a caracterização do fenómeno e a avaliação de medidas preventivas. Uma das lacunas principais ao nível do conteúdo é a inexistência de estudos que avaliem o impacto psicossocial e os diferentes fatores associados à adaptação psicológica. Considera-se também que ainda se conhece pouco sobre o impacto dos diferentes tipos de desaparecimento nos diferentes indivíduos e sistemas envolvidos. O desaparecimento é um evento pouco frequente na comunidade mas é uma situação de crise inesperada e imprevista (Wayland, 2007) que afeta profundamente as famílias e amigos dos desaparecidos (Henderson et al., 2000; Wayland, 2007). O

facto de se tratar de um fenómeno não normativo e pouco frequente estatisticamente pode ser um dos motivos pelos quais os estudos nesta área são escassos. Porém, é sobretudo pela intensidade deste evento não normativo que se justificam novas investigações que possam contribuir para uma melhor compreensão do seu impacto psicossocial e, conseqüentemente, para a intervenção junto de indivíduos e famílias. Futuras investigações na área do desaparecimento de crianças devem focar a adaptação psicológica, bem como os seus fatores que possam influenciar o percurso de adaptação dos familiares ao longo dos diferentes momentos do desaparecimento e também das próprias crianças na fase de pós recuperação.

Financiamento

Estudo financiado pela Universidade de Lisboa.

Conflito de Interesses

Os autores declaram que não existem quaisquer conflitos de interesse.

Agradecimentos

Os autores não têm quaisquer apoios a declarar.

Referências

As referências assinadas com um asterisco referem-se aos estudos incluídos na revisão sistemática.

- *Baraković, D., Avdibegović, E., & Sinanović, O. (2013). Depression, anxiety and somatization in women with war missing family members. *Materia Socio-Medica*, 25, 199-202. doi:[10.5455/msm.2013.25.199-202](https://doi.org/10.5455/msm.2013.25.199-202)
- *Beasley, J. O., Hayne, A. S., Beyer, K., Cramer, G. L., Berson, S. B., Muirhead, Y., & Warren, J. I. (2009). Patterns of prior offending by child abductors: A comparison of fatal and non-fatal outcomes. *International Journal of Law and Psychiatry*, 32, 273-280. doi:[10.1016/j.ijlp.2009.06.009](https://doi.org/10.1016/j.ijlp.2009.06.009)
- *Beck, K. V., & Miltenberger, R. G. (2009). Evaluation of a commercially available program and in situ training by parents to teach abduction-prevention skills to children. *Journal of Applied Behavior Analysis*, 42, 761-772. doi:[10.1901/jaba.2009.42-761](https://doi.org/10.1901/jaba.2009.42-761)
- Betz, G., & Thorngren, J. M. (2006). Ambiguous loss and the family grieving process. *The Family Journal*, 14, 359-365. doi:[10.1177/1066480706290052](https://doi.org/10.1177/1066480706290052)
- Biehal, N., Mitchell, F., & Wade, J. (2003). *Lost from view: A study of missing people in the UK*. Bristol, United Kingdom: The Policy Press.
- Boss, P. (1999). *Ambiguous loss: Learning to live with unresolved grief*. Cambridge, MA, USA: Harvard University Press.
- Boss, P. (2002a). Ambiguous loss: Working with families of the missing. *Family Process*, 41(1), 14-17. doi:[10.1111/j.1545-5300.2002.40102000014.x](https://doi.org/10.1111/j.1545-5300.2002.40102000014.x)
- Boss, P. (2002b). Ambiguous loss in families of the missing. *Lancet*, 360(Suppl 1), s39-s40. doi:[10.1016/S0140-6736\(02\)11815-0](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(02)11815-0)

- Boss, P. (2004). Ambiguous loss research, theory, and practice: Reflections after 9/11. *Journal of Marriage and the Family*, 66, 551-566. doi:[10.1111/j.0022-2445.2004.00037.x](https://doi.org/10.1111/j.0022-2445.2004.00037.x)
- Boss, P. (2006). *Loss, trauma and resilience: Therapeutic work with ambiguous loss* (1st ed). New York, NY, USA: Norton & Company.
- Boss, P. (2007). Ambiguous loss theory: Challenges for scholars and practitioners. *Family Relations*, 56, 105-111. doi:[10.1111/j.1741-3729.2007.00444.x](https://doi.org/10.1111/j.1741-3729.2007.00444.x)
- Boss, P. (2010). The trauma and complicated grief of ambiguous loss. *Pastoral Psychology*, 59, 137-145. doi:[10.1007/s11089-009-0264-0](https://doi.org/10.1007/s11089-009-0264-0)
- Boss, P., Greenberg, J., & Pearce-McCall, D. (1990). *Measurement of boundary ambiguity in families*. St. Paul, MN, USA: Agricultural Experiment Station, University of Minnesota.
- *Boudreaux, M., Lord, W., & Dutra, R. (1999). Child abduction: Aged-based analyses of offender, victim, and offense characteristics in 550 cases of alleged child disappearance. *Journal of Forensic Sciences*, 44, 539-553. doi:[10.1520/JFS14506J](https://doi.org/10.1520/JFS14506J)
- *Carroll-Rowan, L. A., & Miltenberger, R. G. (1994). A comparison of procedures for teaching abduction prevention to preschoolers. *Education & Treatment of Children*, 17, 113-128.
- *Charman, S. D., & Carol, R. N. (2012). Age-progressed images may harm recognition of missing children by increasing the number of plausible targets. *Journal of Applied Research in Memory and Cognition*, 1, 171-178. doi:[10.1016/j.jarmac.2012.07.008](https://doi.org/10.1016/j.jarmac.2012.07.008)
- *Clark, J., Warburton, J., & Tilse, C. (2009). Missing siblings: Seeking more adequate social responses. *Child & Family Social Work*, 14, 267-277. doi:[10.1111/j.1365-2206.2008.00593.x](https://doi.org/10.1111/j.1365-2206.2008.00593.x)
- *Clark, J. (2012). 'You are going to drop the ball on this ...': Using siblings' stories to inform better interprofessional practice when someone goes missing. *Police Practice and Research*, 13(1), 31-43. doi:[10.1080/15614263.2011.574069](https://doi.org/10.1080/15614263.2011.574069)
- *Cole, W. A., & Bradford, J. M. (1992). Abduction during custody and access disputes. *Canadian Journal of Psychiatry*, 37, 264-266.
- *DeYoung, R., & Buzzi, B. (2003). Ultimate coping strategies: The differences among parents of murdered or abducted, long-term missing children. *OMEGA – Journal of Death and Dying*, 47, 343-360. doi:[10.2190/QYTT-GC1X-MNLX-6WLU](https://doi.org/10.2190/QYTT-GC1X-MNLX-6WLU)
- *Dixon, R. M., & Pasnak, R. (1997). Perceptions of the risk of child abduction or loss and the utility of child electronic security devices. *Child: Care, Health and Development*, 23, 415-421. doi:[10.1111/j.1365-2214.1997.tb00908.x](https://doi.org/10.1111/j.1365-2214.1997.tb00908.x)
- *Erikson, M., & Friendship, C. (2002). A typology of child abduction events. *Legal and Criminological Psychology*, 7(1), 115-120. doi:[10.1348/135532502168423](https://doi.org/10.1348/135532502168423)
- European Commission – Directorate-General for Justice. (2013). *Missing children in the European Union: Mapping, data collection and statistics*. Retrieved from http://ec.europa.eu/justice/fundamental-rights/files/missing_children_study_2013_en.pdf
- *Finkelhor, D., Hotaling, G., & Asdigian, N. (1995). Attempted non-family abductions. *Child Welfare*, 74, 941-955.

- *Finkelhor, D., Asdigian, N., & Hotaling, G. (1996). New categories of missing children: Injured, lost, delinquent, and victims of caregiver mix-ups. *Child Welfare*, 75, 291-310.
- *Gier, V. S., & Kreiner, D. S. (2009). Memory of children's faces by adults: Appearance does matter. *Applied Cognitive Psychology*, 23, 972-986. doi:[10.1002/acp.1520](https://doi.org/10.1002/acp.1520)
- *Gier, V. S., Kreiner, D. S., & Hudnell, W. J. (2012). Amber alerts: Are school-type photographs the best choice for identifying missing children? *Journal of Police and Criminal Psychology*, 27(1), 9-23. doi:[10.1007/s11896-011-9085-z](https://doi.org/10.1007/s11896-011-9085-z)
- *Greer, J. D., Pan, P.-P., Flores, D., & Collins, M. C. (2012). Priming and source credibility effects on individual responses to AMBER and other mediated missing child alerts. *The Social Science Journal*, 49, 295-303. doi:[10.1016/j.soscij.2011.09.004](https://doi.org/10.1016/j.soscij.2011.09.004)
- *Greif, G. L. (2000). A parental report on the long-term consequences for children of abduction by the other parent. *Child Psychiatry and Human Development*, 31(1), 59-78. doi:[10.1023/A:1001926105368](https://doi.org/10.1023/A:1001926105368)
- *Greif, G. L. (2003). Treatment implications for adults who were parentally abducted when young. *Family Therapy*, 30, 151-165.
- *Greif, G. L., & Bowers, D. T. (2007). Unresolved loss: Issues in working with adults whose siblings were kidnapped years ago. *The American Journal of Family Therapy*, 35, 203-219. doi:[10.1080/01926180600843287](https://doi.org/10.1080/01926180600843287)
- *Greif, G. L., & Hegar, R. L. (1994). Parents who abduct: A qualitative study with implications for practice. *Family Relations*, 43, 283-288. doi:[10.2307/585419](https://doi.org/10.2307/585419)
- *Hegar, R. L., Orme, J. G., & Greif, G. L. (1993). Self-esteem in parents of children abducted by the other parent. *Children and Youth Services Review*, 15(1), 9-26. doi:[10.1016/0190-7409\(93\)90050-J](https://doi.org/10.1016/0190-7409(93)90050-J)
- *Hegar, R. L., & Greif, G. L. (1991). Abduction of children by their parents: A survey of the problem. *Social Work*, 36, 421-426.
- *Hegar, R. L., & Greif, G. L. (1993). Parental assessment of the adjustment of children following abduction by the other parent. *Journal of Child and Family Studies*, 2, 143-158. doi:[10.1007/BF01350649](https://doi.org/10.1007/BF01350649)
- Henderson, M., Henderson, P., & Kiernan, C. (2000). Missing persons: Incidence, issues and impact. *Australian Institute of Criminology: Trends and Issues in Crime and Criminal Justice*, 144, 1-6.
- Homes, L. (2008). *Living in Limbo: The experiences of, and impacts on, the families of missing people*. London, United Kingdom: Missing People.
- Instituto de Apoio à Criança [IAC]. (2004). *Desaparecimento e exploração sexual de crianças: Situação em Portugal*. Lisbon, Portugal: Grafitime, Lda.
- International Committee of the Red Cross [ICRC]. (2013). *Accompanying the families of missing persons – A practical handbook*. Geneva, Switzerland: ICRC.
- Jezycki, M. (2000). Team H.O.P.E: Help Offering Parents Empowerment. *Juvenile Justice - Raising Responsible and Resourceful Youth*, 7(3). Retrieved from https://www.ncjrs.gov/html/ojjdp/jjjournal_2000_12_2/jj3.html

- *Johnson, B. M., Miltenberger, R. G., Egemo-Helm, K., Jostad, C. M., Flessner, C., & Gatheridge, B. (2005). Evaluation of behavioral skills training for teaching abduction-prevention skills to young children. *Journal of Applied Behavior Analysis*, 38(1), 67-78. doi:10.1901/jaba.2005.26-04
- *Johnson, B. M., Miltenberger, R. G., Knudson, P., Egemo-Helm, K., Kelso, P., Jostad, C., & Langley, L. (2006). A preliminary evaluation of two behavioral skills training procedures for teaching abduction-prevention skills to schoolchildren. *Journal of Applied Behavior Analysis*, 39(1), 25-34. doi:10.1901/jaba.2006.167-04
- *Lampinen, J., Arnal, J. D., Adams, J., Courtney, K., & Hicks, J. L. (2012). Forensic age progression and the search for missing children. *Psychology, Crime & Law*, 18, 405-415. doi:10.1080/1068316X.2010.499873
- *Lampinen, J. M., Miller, J. T., & Dehon, H. (2012). Depicting the missing: Prospective and retrospective person memory for age progressed images. *Applied Cognitive Psychology*, 26, 167-173. doi:10.1002/acp.1819
- *Lampinen, J. M., Peters, C. S., & Gier, V. S. (2012). Power in numbers: The effect of target set size on prospective person memory in an analog missing child scenario. *Applied Cognitive Psychology*, 26, 702-708. doi:10.1002/acp.2848
- *Lampinen, J. M., & Sweeney, L. N. (2014). Associated adults: Prospective person memory for family abducted children. *Journal of Police and Criminal Psychology*, 29(1), 22-27. doi:10.1007/s11896-013-9120-3
- *Miller, J. M., Kurlycheck, M., Hansen, J. A., & Wilson, K. (2008). Examining child abduction by offender type patterns. *JQ: Justice Quarterly*, 25, 523-543. doi:10.1080/07418820802241697
- Missing Child Europe. (2015). *Figures and trends 2015 from hotlines for missing children and cross-border family mediators*. Brussels, Belgium: Missing Child Europe. Retrieved from: <http://missingchildreneurope.eu/Portals/0/Docs/Annual%20and%20Data%20reports/Missing%20Children%20Europe%20figures%20and%20trends%202015.pdf>
- Moher, D., Shamseer, L., Clarke, M., Ghersi, D., Liberati, A., Petticrew, P., . . . Stewart, L. A. (2015). Preferred reporting items for systematic review and meta-analysis protocols (PRISMA-P) 2015 statement. *Systematic Reviews*, 4(1), 1-9. doi:10.1186/2046-4053-4-1
- *Patterson, G. G. (2007). Examining missing person police reports to identify the service needs of runaway youth and their families. *Journal of Human Behavior in the Social Environment*, 16(3), 73-88. doi:10.1300/10911350802107751
- *Plass, P. S. (2007). Secondary victimizations in missing child events. *American Journal of Criminal Justice*, 32(1-2), 30-44. doi:10.1007/s12103-007-9008-9
- *Poche, C., Yoder, P., & Miltenberger, R. G. (1988). Teaching self-protection to children using television techniques. *Journal of Applied Behavior Analysis*, 21, 253-261. doi:10.1901/jaba.1988.21-253
- Sedlak, A., Finkelhor, D., Hammer, H., & Scultz, D. (2002). *National estimates of missing children: An overview*. Washington, DC, USA: U.S. Department of Justice, Office of Juvenile Justice and Delinquency Prevention.
- *Spilman, S. K. (2006). Child abduction, parents' distress, and social support. *Violence and Victims*, 21, 149-165. doi:10.1891/vivi.21.2.149
- Steidel, S. E. (2006). *Missing and abducted children: A law-enforcement guide to case investigation and program management* (3rd ed). Alexandria, VA, USA: National Center for Missing & Exploited Children.

- *Sweeney, L. N., & Lampinen, J. M. (2012). The effect of presenting multiple images on prospective and retrospective person memory for missing children. *Journal of Applied Research in Memory and Cognition*, 1, 235-241. doi:10.1016/j.jarmac.2012.08.001
- *Tarasenko, M. A., Miltenberger, R. G., Brower-Breitwieser, C., & Bosch, A. (2010). Evaluation of peer training for teaching abduction prevention skills. *Child & Family Behavior Therapy*, 32, 219-230. doi:10.1080/07317107.2010.500518
- Tubbs, C. Y., & Boss, P. (2000). An essay for practitioners dealing with ambiguous loss. *Family Relations*, 49, 285-286. doi:10.1111/j.1741-3729.2000.00285.x
- United Nations Children's Fund [UNICEF], & International Centre for Missing & Exploited Children [ICMEC]. (2011). *Missing children in Central America: Research of practices and legislation on prevention and recovery*. Retrieved from http://www.icmec.org/wp-content/uploads/2015/10/Central_America_Missing_Children_Report_Final_.pdf
- Wayland, S. (2007). *Supporting those who are left behind – A counselling framework to support families of missing people*. Canberra, Australia: Australian Federal Police.